

Recensão Crítica

Anabela Gradim e Ricardo Morais, *Anões aos ombros de gigantes: Desafios contemporâneos na comunicação de ciência*, Lisboa: Livros Horizonte, 2016, 199 p.

https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_7

Quando se fala em comunicação de ciência, e no que isso significa, a publicação de artigos científicos em revistas da especialidade é apenas uma pequena parte do todo. Comunicar ciência é, de forma genérica e como explicam António Granado e José Vítor Malheiros (2015), transmitir todo o conhecimento científico gerado ao público em geral, à sociedade, que pode ter as mais diversas origens, idade, escolaridade ou profissão.

Atualmente há várias questões que se colocam quando se debate, a nível académico, comunicação de ciência, como por exemplo falar sobre incertezas (Schneider, 2016) ou se, como no caso norte-americano, o público perceciona os cientistas como bons comunicadores (Heagerty, 2015). Outro foco de investigação é “a interacção do trinómio cientista-comunicador-jornalista” (Pinto; Carvalho, 2011: 65), tema também abordado por Helena Mendonça (2016) na sua tese de doutoramento: *Interacção Jornalistas-Cientistas: Os bastidores das notícias de ciência*.

Há muitas perguntas que se podem fazer, até acerca da exígua realidade

portuguesa, com várias delas a serem respondidas no livro *Cultura Científica em Portugal: Ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo* (Granado & Malheiros, 2015). Contudo, como os próprios autores referem, ainda há bastante trabalho para ser feito. Como é que se faz comunicação de ciência? Qual é o perfil de quem a faz? Quantas unidades de investigação portuguesas têm gabinetes de comunicação, com profissionais dedicados a tempo inteiro? Há relação entre o número de publicações e o envolvimento em comunicação de ciência, como mostra Kyvik (2005) em relação à realidade norueguesa, onde são os investigadores com mais artigos científicos escritos aqueles que mais comunicam?

Anões aos ombros de gigantes: Desafios contemporâneos na comunicação de ciência, livro de Anabela Gradim e Ricardo Morais, aborda apenas uma muito pequena parte desse enorme mundo. Fá-lo, contudo, oferecendo a visão profissional, mas também pessoal, de 16 presidentes, diretores e coordenadores de unidades de investigação e ainda os dois presidentes dos

Conselhos Científicos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ciências Sociais e Humanidades e Ciências da Vida e da Saúde), cujas entrevistas fornecem um retrato de como a ciência portuguesa vê, através dos seus membros, as questões da sua comunicação, restritas aos problemas que envolvem a publicação em revistas da especialidade. Os dois autores procuraram ainda, enquadrado no projeto *Comunicar Ciência e Culturas de Publicação nas Humanidades*, traçar um quadro geral da comunidade científica nacional, através de um inquérito que obteve 509 respostas validadas num universo, em 2013, de 22 mil investigadores ligados às várias unidades de investigação e laboratórios associados existentes em Portugal.

A obra divide-se em três partes, por sua vez subdivididas em diversos capítulos, havendo ainda uma introdução onde é explicada a metodologia utilizada – métodos mistos concomitantes, assim referidos por Cresswell (2010) –, bem como os procedimentos da investigação. Por todo o livro é notória a diferença entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais e

Humanas, em termos do que é a sua penetração e forma de publicação no mundo científico, dos “jornais indexados e com revisão por pares” (p. 17), no caso das primeiras, à transição do livro, que era “o veículo fundamental de publicação”, para um sistema que tem em conta fatores de impacto e produção bibliométrica, nas segundas.

A primeira parte tenta compreender como é percecionada esta nova realidade de comunicação interpares e de que forma isso afeta a própria investigação. Gradim e Morais fazem referência ao britânico Derek Price que, no seu livro *Little science, big science* (1963), aborda o cariz exponencial do crescimento científico e a duplicação a intervalos de uma década ou uma década e meia, dependendo da qualidade dos artigos publicados. Esse ritmo multiplicador é, por isso, alvo de preocupação dos muitos responsáveis entrevistados, que referem a constante necessidade de *accountability* e a falta de tempo para refletir e ler como “perversões do sistema de publicação científica” (p. 47). Outra das grandes críticas efetuadas é o facto de a investigação aparecer agora “ao

serviço da economia e não do conhecimento” (p. 58), por uma cada vez maior interligação entre necessidades da sociedade e financiamentos atribuídos. Esta economização diminui a busca de conhecimento pelo próprio conhecimento, enquanto gerador de novas matrizes teóricas, de possíveis teorias, castra a multidisciplinaridade existente, por natureza, em algumas áreas. João Carlos Correia, do LabCom.IFP, é perentório: “Portugal tem dificuldade em assumir esta mudança de paradigma, então continua a associar determinados cursos a uma formação para uma profissão” (p. 59).

“As fronteiras entre a ciência e o mercado em tempos de capitalismo científico” (p. 79) é o tema da segunda parte do livro. Os autores salientam um trabalho de Vieira e Fiolhais (2015), onde uma das principais conclusões reforça a ideia de baixa produtividade nacional em termos de publicações científicas, com os investigadores portugueses a publicarem 0,2 artigos por ano, por comparação com a média europeia de 0,6. Neste particular, as Ciências Sociais e Humanidades sobressaem como as áreas onde menos se

publica; surge então, já no capítulo dois, a crítica a uma opção que valoriza somente critérios bibliométricos, com impacto gravoso nas áreas referidas. É por isso que, sublinham Gradim e Morais, há uma rutura entre produtividade científica, medida exclusivamente em número de publicações, e trabalhos e projetos desenvolvidos por investigadores, que não chegam a resultar em *papers*.

A terceira parte do livro concentra-se em torno do futuro da comunicação de ciência, do que se pode esperar vir a surgir nesse domínio. Não é sequer discutível que o conhecimento não seja pertença da sociedade, um “bem público e que portanto deve ser partilhado” (p. 130), mas há indiscutivelmente o contraponto das “obrigações impostas por um sistema em que a relevância estatística e económica supera claramente a relevância social e cultural” (p. 130). Assim, e dos resultados obtidos através do inquérito efetuado, não é de estranhar que, e aqui subentenda-se novamente publicação científica, 49% das respostas vá no sentido de que “a comunicação dos resultados no atual

contexto científico não é mais do que uma obrigação” (p. 131).

Anões aos ombros de gigantes: Desafios contemporâneos na comunicação de ciência é, clarifique-se, um contributo único no panorama nacional das Ciências Sociais, e em particular no estudo da comunicação de ciência, muito por força dos testemunhos obtidos de pessoas que são, em última análise, influentes decisores. Todavia, estes perdem algum poder por não terem sido devidamente editados, resultando nalguns casos na transmissão de ideias bastante confusas. É, também e contudo, uma obra demasiado específica no campo em que se insere. A comunicação de ciência aqui referida por Anabela Gradim e Ricardo Morais é espectro manifestamente reduzido daquilo que é, no seu escopo, a comunicação de ciência, como referenciada inicialmente nesta recensão. Há uma muito breve tentativa de enveredar por essa vertente, com uma referência à editoria de Ciência do jornal *Público*, as publicações *New Scientist* e *Ciência Hoje*, e os websites *Sci-News* e *Science Daily*. A própria comunicação institucional de ciência

ou o jornalismo de ciência ficam de fora de um livro que se concentra, de forma resumida, nos problemas de financiamento, índices de impacto, avaliações das diferentes entidades, necessidade de pagar para publicar e revistas científicas de acesso aberto.

Referências bibliográficas

- Granado, A., & Malheiros, J. V. (2015). *Cultura Científica em Portugal: Ferramentas para perceber o mundo e para aprender a mudá-lo*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Heagerty, B. (2015). Dissemination does not equal public engagement. *Journal Of Neuroscience*, 35(11), 4483-4486. DOI: <http://dx.doi.org/10.1523/jneurosci.4408-14.2015>
- Kyvik, S. (2005). Popular science publishing and contributions to public discourse among university faculty. *Science Communication*, 26(3), 288-311. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1075547004273022>
- Mendonça, H. (2016). *Interação Jornalistas-Cientistas: Os bastidores das notícias de ciência* (Tese de Doutoramento). ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.
- Pinto, S., & Carvalho, A. (2011). Cientistas, jornalistas e profissionais de comunicação: agentes na comunicação de ciência e tecnologia. *Observatório (OBS*) Journal*, 5(3), 065-100.
- Schneider, S. (2016). Communicating uncertainty: a challenge for science communication. *Communicating Climate-Change And Natural Hazard Risk And Cultivating Resilience*, 267-278. http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-20161-0_17